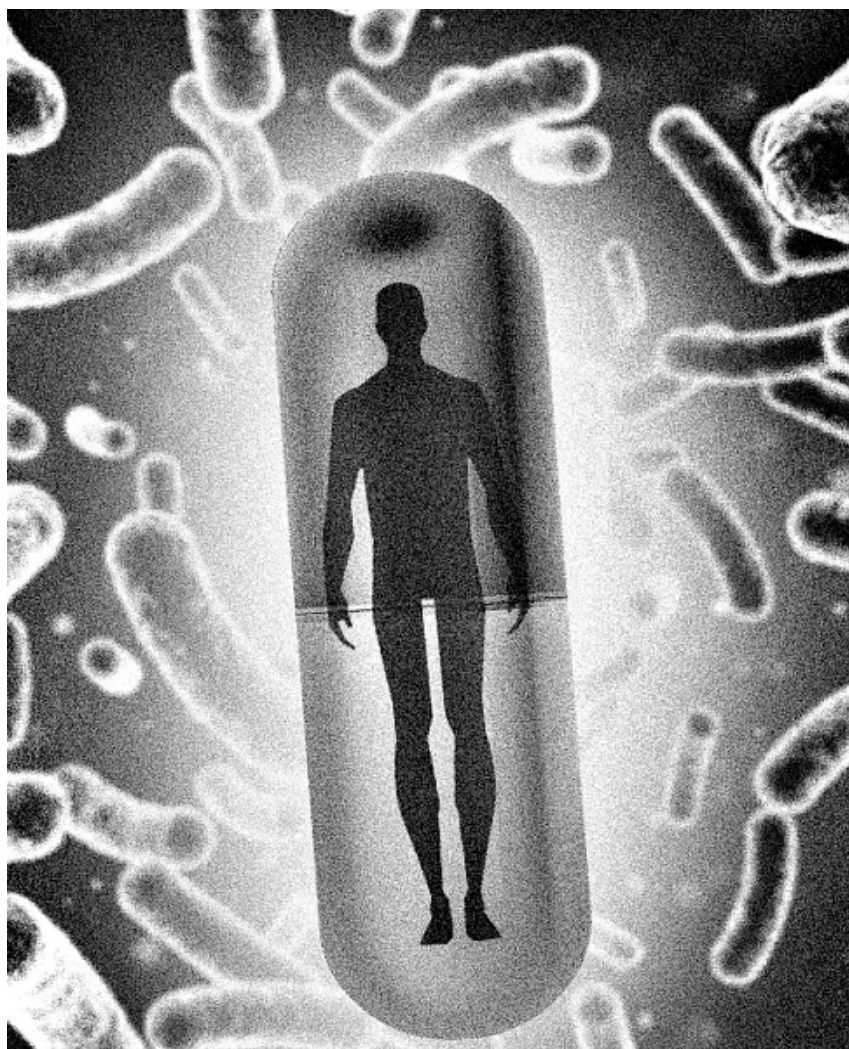


Inovação e parcerias para produção de medicamentos no Brasil

» ELIZABETH DE CARVALHAES
Presidente-executiva da Interfarma



Há quase dois anos, o mundo enfrenta a maior crise sanitária desde o início do século. Durante esses meses em que lutamos contra a pandemia do coronavírus, a indústria farmacêutica e os cientistas do mundo todo, como não poderia ser diferente, trabalham sem descanso para encontrar uma solução definitiva, seja preventiva, ou para remediar os efeitos da doença que atingiu quase 225 milhões de pessoas. As vacinas contra a covid-19 foram desenvolvidas em tempo recorde e já ajudam a diminuir o número de casos graves e de mortes globalmente. Isso só foi possível graças aos investimentos constantes realizados em Pesquisa e Desenvolvimento ao longo de décadas e à união entre diferentes stakeholders (centros de pesquisa, startups, laboratórios públicos e privados, universidades, hospitais, governos e entidades internacionais).

Laboratórios farmacêuticos, embora concorrentes, se uniram com aval de governos em uma ação inovadora e com um propósito comum. O Brasil se encontra em situação muito privilegiada frente a diversas nações porque oferece terreno fértil que permite produzir em seu território as vacinas de que necessita para sua população e para exportar a outros países que não têm a mesma capacidade. A parceria e consequente transferência de tecnologia realizada entre AstraZeneca/Fiocruz e Sinovac/Butantan e, recentemente, acordos como o da Pfizer/BioNTech com a Eurofarma (entidades privadas), demonstram o compromisso da indústria de pesquisa no combate à pandemia e confirmam o que já se argumenta internacionalmente. Voluntariamente os laboratórios de pesquisa de diferentes matrizes, detentores da tecnologia, estão assinando acordos para ampliar a produção e a equidade de acesso às vacinas no Brasil e no mundo todo.

Tal movimento voluntário, que preserva a estabilidade dos sistemas jurídicos e garante segurança aos agentes, porém, é atingido por iniciativas repentinas. Entre elas, o Projeto de Lei 12/2021, recém-aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro e que aguarda a sanção presidencial, que altera legislação sem necessidade, e efetivamente não trará nenhum benefício quanto à celeridade ou equidade na vacinação no Brasil.

O texto aprovado pelo Congresso prevê uma licença compulsória muito além da estabelecida pelos padrões adotados globalmente e delimitada por acordos internacionais, exigindo, por exemplo, a transferência de tecnologia e de segredos industriais dos titulares cujas patentes forem licenciadas, como o banco de células (master cell bank). Apesar de reconhecermos que o nobre intuito de deputados e senadores é solucionar a pandemia, mudar as regras do licenciamento compulsório, sem qualquer indicação de que esta medida seja eficaz, pelo contrário, poderá ser extremamente negativo para o Brasil e os brasileiros.

Além de não existirem benefícios imediatos para o combate à crise sanitária que vivemos, a aprovação e promulgação do PL 12/2021 prejudicam a economia e a saúde dos brasileiros. Isso porque o PL traz insegurança jurídica para o setor que investe em pesquisa e desenvolvimento, afugentando futuros acordos voluntários, como os já anunciados, investimentos, recursos para pesquisas e inovações. Para que novas parcerias,

não só para a produção de vacinas para covid-19, mas também de outras tecnologias, sejam estabelecidas entre empresas globais de pesquisa e empresas ou institutos de pesquisa nacionais, é preciso que o Brasil sustente um sistema de propriedade intelectual confiável. É preciso que as regras do jogo sejam mantidas em vez de alteradas sob toque de emergência. É preciso que o Estado entenda os compromissos internacionais assumidos e os cumpra à risca. Sem essas garantias, os recursos que poderiam beneficiar os brasileiros irão ser realocados para outros países. E os nossos melhores cérebros, técnicos e pesquisadores serão levados a buscar trabalho em outras nações.

O Brasil só tem a ganhar com parcerias voluntárias, como a recém-anunciada pela Pfizer/BioNTech com a Eurofarma. Com isso, será possível focar os investimentos em processos capazes de fomentar a pesquisa de inovações, o desenvolvimento da capacidade técnica local e a formação altamente especializada em território nacional. A Interfarma entende que essas parcerias são fundamentais para ampliar a base de plataformas tecnológicas no território nacional e inserir o Brasil no seletivo grupo de

países produtores de biotecnologia. Essas parcerias demonstram ainda o compromisso da indústria com a busca por soluções em saúde e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Por todas essas razões, o veto presidencial de alguns dispositivos do Projeto 12 foi uma mensagem importante do Estado brasileiro ao setor farmacêutico e ao mundo. Revela que temos interesse em nos colocar dentre os países que querem soluções para a pandemia, mas que anteveem que a solução não virá de movimentos abruptos e alheios à colaboração entre empresas e nações, muito menos da ruptura de leis que protegem as inovações e o inventor. É fundamental que o Congresso Nacional reconheça os riscos que foram mitigados com o veto desses dispositivos e que o Brasil está no caminho certo de ter em seu território empresas inovadoras capazes de responder, com segurança e responsabilidade, às emergências que estão por vir. Esperamos que o Congresso mantenha a decisão do executivo, pelo bem da ciência e da população brasileira.

Jornalista não é justiceiro

» KÁTIA CUBEL

Presidente do Prêmio Engenho de Comunicação, diretora do Grupo Engenho Comunicação, mestre em Neuromarketing e mestranda em Comportamento Não Verbal e Detecção de Mentiras

Nos últimos anos, em nosso país, jornalistas, veículos de comunicação e a Imprensa enquanto instituição vêm sofrendo reverses consecutivos. Problemas econômicos não são as causas, mas as consequências de uma sucessão de acontecimentos. O marco zero para esta avaliação remonta a 2009. Naquele ano, o Supremo Tribunal Federal ratificou o voto de autoria do ministro Gilmar Mendes abolindo a obrigatoriedade do diploma universitário para o exercício profissional da atividade de jornalista.

A consequência imediata após o fato se tornar notícia foi uma grande evasão de alunos dos cursos superiores universitários, praticamente sucateando-os. Por que investir tempo e dinheiro numa formação de nível superior cujo diploma é desnecessário? Para que serve um título universitário que, diferente do que acontece em outras profissões, não é um pré-requisito para ingressar no mercado de trabalho?

Já vivíamos, em paralelo, tentativas de desmonte da chamada mídia tradicional, representada pelos veículos de comunicação centenários que assumem em sua gênese compromissos como lidar com informações, e não apenas com opiniões, ouvir diferentes pontos de vista sobre o mesmo assunto, tentar preservar a imparcialidade e levar fatos apurados e checados ao conhecimento do leitor. Há muito, nas plataformas digitais, a informação tendenciosa é estimulada com recursos públicos em forma de publicidade, desde que construam narrativas de apoios aos governantes da vez.

Esse quadro evoluiu com a tecnologia e as redes sociais. Para pior, na contramão da valorização mundial da transparência, da integridade e da ética. Avançou para a onda avassaladora de fake

news que vivenciamos, especialmente no Brasil. Disseminar crenças sem amparo de evidências tem sido uma atitude contínua de muitos agentes públicos. Não se trata só de mentir — o que já é bem grave. Mas também de abusar da boa fé da maioria da sociedade, ao manipular a verdade.

Mais recentemente, além dos questionamentos tácitos aos jornalistas, ao incentivo financeiro a “noticiários tendenciosos”, à explosão das fake news, passamos a assistir ataques explícitos a profissionais da informação. No meio off line, ali, cara a cara, há xingamentos, agressões físicas, tentativas de desmoralização. Haja inteligência emocional para suportar empurões, ameaças e cusparadas de desconhecidos, arremessadas em meio a gritos e ofensas.

Nos meios digitais, a violência se diversifica e se agrava. Gera imagens como a do rosto de uma competente e respeitada jornalista acoplada por manipulação proposital a um corpo feminino nu, de pernas abertas e dinheiro na vagina. Mais de um milhão de compartilhamentos sem qualquer empatia com a personagem aviltada, sem considerar que ela é filha de alguém, tem pais, irmãos e também filho. E se fosse com alguém da sua família?

Todos esses movimentos, sistêmicos, evidentemente geram sequelas e implantam na sociedade um rastro de dúvidas e de descrença. Esses sentimentos cravados no peito de parte da população beneficiam os agressores e suas fake news. Fazer notícia no cenário atual no Brasil é um ato de resistência pacífica. O covid-19 vem resgatando o valor da ciência, a relevância de fatos e o papel da Imprensa como um grande prestador de serviços à população. Sim, há problemas nesse ofício de informar, que muito parece com um sacerdócio.

Há deficiências na formação profissional,

Normas técnicas promovem competitividade e abrem mercados

» MARIO WILLIAM ESPER
Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP)

Vivemos um momento turbulento na economia mundial. Relatório recente da Organização Mundial do Comércio (OMC) mostra que o número de medidas restritivas ao comércio, aplicadas nos últimos meses pelas economias do G20, foi 3,5 vezes maior que a média dos últimos oito anos. Isso tem consequências econômicas sérias e precisamos reverter esse quadro.

Há setores que estão mais preparados, são mais competitivos. É o evidente caso do setor agrícola e do agronegócio no Brasil e nos demais países do Mercosul. Outros precisarão se ajustar, particularmente em um primeiro momento. Os governos precisam estar alerta e se preparar para facilitar essa acomodação. Mas o grande ganho vem dos efeitos sistêmicos.

Eles sinalizam que grande parte da comunidade internacional segue acreditando no caminho da abertura econômica, da cooperação e do comércio internacional como a melhor forma de atingir um desenvolvimento econômico sustentável e a única forma de alavancar a competitividade da indústria nacional.

Espaços econômicos com normas definidas e cada vez mais integrados, liberalizados, permitem sinergias e maior produtividade. Reduzem custos de produção, permitem ganhos de escala. Gasta-se menos com tarifas. Você melhora o poder aquisitivo dos cidadãos e sua qualidade de vida.

Diante disso, fica ainda mais evidente que a história do desenvolvimento econômico e tecnológico brasileiro passa pela necessidade de estabelecer e aplicar normas técnicas que levem em conta as referências globais, mas principalmente, considere as características locais, geográficas e comportamentais de cada país.

As normas se encontram em todos os níveis da organização social e têm um papel significativo no crescimento das empresas e do país. Do cimento utilizado na construção ao circuito de um computador, hoje já são mais de 8 mil documentos normativos, elaborados por 237 Comitês Técnicos, que sob gestão da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), fornecem a base necessária para o desenvolvimento tecnológico do País.

Como representante oficial no Brasil da Organização Internacional de Normalização — em inglês, International Organization for Standardization (ISO) — temos promovido inúmeras ações para ampliar a participação na normalização internacional e eliminação de barreiras não tarifárias ao comércio mundial. Para o país ser competitivo no cenário internacional, é essencial que algumas normas e práticas brasileiras sejam incorporadas às normas internacionais e regionais.

Atualmente integramos, por exemplo, o Comitê Internacional de Economia Circular e participamos ativamente de um grupo focal para Biodiversidade — com o objetivo de promover a discussão do tema na região, contribuindo para uma melhor defesa dos interesses do Brasil no debate internacional. Falando de normas que impactam diretamente o setor produtivo, participamos também da Comissão Internacional de Grafeno com a coordenação da Inglaterra, e também da Comissão de Lítio, requisitada recentemente pela China. Temas muito importantes para a questão da eletrificação global.

No setor de agronegócios, as normas brasileiras estão conquistando cada vez mais espaço nas discussões da ISO, a exemplo do própolis — que obteve reconhecimento internacional com padronização promovida pela ABNT — foi a primeira vez que o Brasil teve papel de destaque como mediador das discussões com a criação de normas que buscam inibir falsificações de produtos e melhorar a competitividade. No entanto, com vistas a participação brasileira de uma forma geral, ainda há um longo caminho a ser percorrido, levando em conta a participação dos países no Ranking Técnico da ISO. A China, por exemplo, que em 2000 ocupava a 11ª posição em número de Comitês Técnicos alcançou em 2020, o sexto lugar no ranking. O Brasil, durante o mesmo período, passou de 23º para 22º colocado.

É necessário abrir novas frentes nos fóruns internacionais para que o Brasil seja protagonista não apenas na produção, mas também na normalização. São muitos os desafios, lutas e conquistas que permeiam nossa trajetória da Associação Brasileira de Normas Técnicas desde a sua fundação, em 28 de setembro de 1940, no Rio de Janeiro. No entanto, o longo caminho percorrido nestes 81 anos sinaliza apenas o futuro.